

AMAZÔNIA EM CHAMAS E UMA NOVA CIDADANIA ECOLÓGICA GLOBAL

Klanovicz, Jo

AMAZÔNIA EM CHAMAS E UMA NOVA CIDADANIA ECOLÓGICA GLOBAL

Estudios Rurales. Publicación del Centro de Estudios de la Argentina Rural, vol. 9, núm. 18, 2019

Universidad Nacional de Quilmes, Argentina

Esta obra está bajo una Licencia Creative Commons Atribución-NoComercial-CompartirIgual 2.5 Argentina.

AMAZÔNIA EM CHAMAS E UMA NOVA CIDADANIA ECOLÓGICA GLOBAL

Amazon on fire and a new global ecological citizenship

Jo Klanovicz

Recepção: 01 Outubro 2019

Laboratório de História Ambiental e Estudos de

Comunidade, Brasil

klanov@gmail.com

Recepção: 01 Outubro 2019

PALABRAS CLAVE: Amazonas, Brasil, incendio, emergencia

KEYWORDS: Amazon, Brasil, fires, emergency

O mês de agosto de 2019 reposicionou a Amazônia no centro da política internacional devido à existência de mais de 80 mil focos de incêndios em áreas desmatadas ou de pasto, especialmente no Brasil e na Bolívia, e que criaram fumaça que atingiu o centro sul do Brasil, mas também Peru e Equador. The New York Times mostrou que parte das queimadas na Amazônia brasileira foi organizada por meio de mensagens de whatsapp trocadas entre agropecuaristas do estado do Pará. A ação coordenada por whatsapp pode ser entendida como o manifesto materializado do setor contra o que o governo brasileiro de ultradireita chama de “inimigos do país”, entre eles ambientalistas, organizações não-governamentais, a Europa decadente, os cientistas, as universidades, as mulheres, os indígenas, os negros e os pobres. Outra constatação, a da expansão desenfreada do desmatamento da Amazônia brasileira colocou em rota de colisão um dos mais respeitados cientistas brasileiros, Ricardo Galvão, então diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), e o presidente da república. Na queda de braço assimétrica entre a violência estatal e o discurso científico, Galvão foi exonerado da direção do instituto, comprovando as suspeitas internacionais de que o Brasil começara a perseguir cientistas.

Tal é a magnitude do problema dos incêndios que, ainda no final de agosto, o Peru constatava poluição advinda das queimadas no estado amazônico de Tambopata (21 de agosto), o Equador também e o presidente da Bolívia, quebrando o receio contra ajuda internacional, admitiu que o país estava perdendo mais de meio milhão de hectares de sua porção amazônica para o fogo.

O G7 incluiu o tema em sua pauta, vindo a prometer auxílio financeiro para o combate a focos de incêndio, abrindo espaço para uma das mais vergonhosas respostas do presidente da república do Brasil, que vociferou isolacionismo, xenofobia, autoritarismo, machismo e sexismo contra Macron e quaisquer outras críticas à política ambiental brasileira. Tudo isso em meio a uma tentativa de construção de acordos comerciais entre Mercosul e União Europeia. Os incêndios viriam a despertar uma guerra interessante de narrativas, posicionando numa ponta, o Brasil que tem adotado historicamente projetos de desenvolvimento que não respeitam qualquer dimensão ecológica ou social e novos ambientalismo e uma política internacional ecológica na outra. No fim de agosto, por pressão internacional, foi selado o Pacto e Leticia, que prevê a criação de uma rede de resposta a desastres e monitoramento da Amazônia. O pacto foi assinado por Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru e Suriname (BBC, 2019).

O olhar estrangeiro não só para o Brasil mas para a América do Sul, tendo a Amazônia como teatro, parece vir carregado agora de novas lentes, numa era de popularização, aprofundamento e redimensionamento da ecologização da política, que tem de responder a grupos de pressão que apontam para os dilemas de viver num planeta de mudanças climáticas globais. Ele retorna à região, também, numa conjuntura que opõe, de um lado,

o consenso global sobre a importância do bioma amazônico para a preservação de megabiodiversidade, para a regulação do clima e das águas e para a preservação de culturas milenares e seus usos de recursos genéticos vegetais e, de outro, posturas autoritárias de domínio e posse sobre recursos ambientais e identidades. Tudo isso acontece, ainda, em meio à emergência de violência diversas, tais como o reforço de negacionismos científicos, de posturas reacionárias e monoculturais acerca da Amazônia e suas gentes, e do desdém no que diz respeito ao que Donna Haraway chama de necessidade de novos parentescos entre humanos e mais que humanos no coletivo ambiental (2016).

Como resultado da contenda, cada vez mais viva, são reativados estereótipos sobre quem é da América do Sul: para além de uma leitura sobre a economia de rapina sobre o mundo (já apontada por pensadores clássicos como Sergio Buarque de Holanda, Caio Prado Junior ou Celso Furtado), soma-se agora a complacência branca, machista, racista, xenófoba contra quaisquer críticas sobre políticas nacionais numa defesa cega de um desenvolvimentismo neoliberal baseado no fogo, no desmatamento, na soja e na pecuária bovina, construídos como exemplos de patriotismo em meio a discursos retrofuturistas do conservadorismo e do isolacionismo militarista. Nunca se falou tanto no Brasil sobre a postura neocolonial europeia quando o tema é ecologia. A carga de ataque contra indígenas “não integrados à nação” cresceu. Talvez isso ajude a explicar o rationale da imprensa brasileira que, apesar de ter ficado aturdida com a postura reacionária do presidente do país nas respostas a Macron, não perdeu oportunidade (nefasta, diga-se) de tagarelar repetidamente que o francês estava equivocado cientificamente ao afirmar que a Amazônia é o pulmão do mundo. Ou talvez isso explique os motivos pelos quais uma ala conservadora da sociedade brasileira, raramente interessada em leitura e informação, e muito mais raramente preocupada com qualquer bioma incluindo o amazônico desde que não seja sob a ótica do lucro fácil, tenha voltado das profundezas balbuciando algumas palavras para verbalizar ódio contra ambientalistas comunistas em redes sociais, com todo tipo de ataques inclusive sugerindo violência sexual contra Greta Tumberg para que parasse de se posicionar.

No cenário de um novo paradigma ambientalista, de uma urgente necessidade de reinvenção das ciências e da política e de novas agências para dar conta da complexidade socioambiental contemporânea e futura em meio à Grande Aceleração, acredito que a Amazônia, por meio desses incêndios, inscreve-se sociobiocultural e politicamente no tempo presente como a nova arena política global, uma Ágora do século XXI, uma ágora-gaia: um espaço-tempo de embate entre uma era da política das certezas (que dá seus últimos suspiros em governos conservadores e de extrema direita, como o caso brasileiro) e uma ecológica consciente de si mesma, que demanda outras posturas. Metaforicamente, a Amazônia, repleta de encontro entre águas caudalosas e límpidas quando pensamos no Rio Negro e Rio Solimões ou Rio Tapajós, tornou-se o local de encontro de outras águas, as da política modernista do século XX, pretensamente organizada de maneira clara, com as correntes caudalosas da incerteza, da fragmentação do conhecimento e de um novo devir ecológico. É por meio desta metáfora que pretendo refletir, ainda que superficialmente, algumas dimensões que os incêndios permitem percorrer, na esperança que a pororoca da ecológica possa vir a dinamizar essa bioágora.

Convidado a refletir, ainda que superficialmente, sobre as dimensões dos incêndios, minha leitura envolve algumas desculpas e algumas observações: a) ela é repleta de vergonha alheia, porque parte de fenômenos que acontecem principalmente no Brasil; b) leva em conta uma vivência ininterrupta e pessoal de quase dois anos na Amazônia Oriental, e que serviu para consolidar a certeza de que, para alguém que é do sul do Brasil, o mundo amazônico é uma abstração e que nada poderá ser feito para respeitá-lo se ainda lermos o território com as ferramentas da política desenvolvimentista ou dos conceitos geopolíticos galvanizados no século XX; c) é impossível, para mim, não partir de uma autoetnografia (Collins e Gallinat, 2010) ao falar da Amazônia. A experiência extraordinária que tive ao permanecer um pouquinho na região, percorrendo o que Tiago Cardoso denomina de “as ruínas do desenvolvimento” (os grandes projetos) marcadas pela tecnologia e pela política de força bruta, permitiu que eu pudesse ter acesso direto às vidas de outros antes de uma elaboração

reflexiva. Em certa medida, é essa oportunidade que aciono agora ao discutir pelo menos uma cultura, a do fogo intencional, considerando a crítica e a textualidade do território.

O fogo como essa textualidade amazônica de ameaça sintetiza os projetos de desenvolvimento que movimentaram, especialmente desde a ditadura militar no Brasil entre 1964 e 1985, os anseios de “conquista” do território. José Augusto Pádua (2019) observa que esses projetos eram despidos de preocupação ecológica ou social. Polonoroeste, Polamazônia, Zona Franca de Manaus, Banco da Amazônia (projetos materializados entre as décadas de 1960 e 1980), abertura de rodovias como a Transamazônica, hidrelétricas reais e imaginadas num ambiente homogeneizado pelo alto modernismo governamental branco, tecnocrata e fardado vieram a reviver discursos sobre a Amazônia como vazio demográfico (a despeito da população indígena), local cobiçado por países estrangeiros (ideia acionada por narrativas sobre bases norte-americanas escondidas), terra a ser “civilizada”, “conquistada”, “explorada”, “desenvolvida” frente ao atraso característico de suas populações locais. Nesse sentido é que Warren Dean (1996) pontua o desenvolvimentismo como um credo, e as escolhas que foram feitas historicamente em seu nome queimam também nos incêndios atuais. Elas passam obrigatoriamente pelo entrelaçamento das dimensões ambiental, agrária e social, pela discussão em torno do desenvolvimento no continente, pela emergência de uma cidadania ambiental.

AMAZÔNIA, DESENVOLVIMENTISMO E FORÇA BRUTA

No livro *Resources under Regimes*, Paul Josephson (2004) observa que as relações entre tecnologia e ambiente, relevantes para a leitura das atividades do estado frente ao mundo natural, constroem linhas muito tênues entre as opções de progresso, as ideologias políticas e as escolhas e oportunidades de uso de recursos naturais.

No caso das Amazônias contemporâneas, a força bruta do desenvolvimentismo se veste com algumas marcas. Na Bolívia, a expansão da fronteira agropecuária por meio da sojicultura, a mineração, os subsídios a combustíveis fósseis e a fiscalização ambiental frouxa são os responsáveis pela ameaça à porção boliviana da floresta tropical (Ambrosio, 2016). Mineração também tem alimentado a violência ambiental na Guiana e no Suriname, com reflexos para toda a região, na medida em que empreendimentos especialmente chineses tem degradado áreas de floresta enquanto, por outro lado, mineradores brasileiros ilegais tem sido expulsos desses países vindo a se reinstalar no Brasil. Uma das mais impressionantes pressões sobre a Amazônia desde os anos 1980 vem, contudo, da agropecuária. A sojicultura nas regiões desmatadas da Amazônia cresce no Brasil e na Bolívia, respectivamente o segundo maior produtor mundial do grão e o país de mais recente expansão da produção no mundo. Recentemente, Claiton Marcio da Silva (2019) aproveitou uma propaganda da multinacional Syngenta para ler esse processo de expansão da sojicultura na América do Sul, que foi chamado pela própria empresa de República Unida da Soja. Essa cultivar tem praticamente cercado a floresta amazônica, tendo na atualidade o estado brasileiro de Mato Grosso como maior produtor individual.

A criação de gado é outro elemento a ser considerado. O Brasil era responsável por menos de 5% da produção mundial e carne em 1980 e hoje responde por cerca de 15%, com um rebanho de mais e 200 milhões de cabeças, tendo o estado amazônico do Pará como maior área de expansão da pecuária brasileira.

As opções traçadas para o desenvolvimento da Amazônia tiveram apelo em um país de contínua expansão de fronteira agropecuária, como tendo sido o caso do Brasil desde a segunda metade do século XX e levada a cabo pelos instrumentos, equipamentos, saber técnico, linhas de financiamento e regimes de produção e consumo diretamente ligados às tecnologias de força bruta, num padrão de alto modernismo (Scott, 1998). Não é de espantar, nesse sentido, que, para alimentar esses interesses expansionistas com relação a recursos naturais, à floresta, às áreas necessárias para a produção, o cenário de violência, a animosidade retroalimentada por grupos de interesse geralmente poderosos venha a retornar com assassinatos, apropriação indevida da terra, desigualdade social, desastres socioambientais na região, dentro de um cenário que está diretamente ligado à tecnologia de força bruta, que é a política de força bruta.

A cidadania passa, então, nesse processo de constituição e expansão de tecnologia e política de força bruta sobre a Amazônia, por processos de redefinição nos quais a política ecológica permite a proposição de novas formas de luta.

Essa Amazônia-Ágora que arde, que é desmatada, que incomoda em termos de modernização agropecuária, permite projetar novos territórios discursivos da cidadania, observando-se uma nova cidadania na qual problemas ambientais não estão confinados às fronteiras dos estados nacionais (Dobson, 2004). Esse cenário permite, antes de mais nada, questionarmos se a cidadania poderia suprir respostas para além da terminologia que ela estabelece que é diretamente ligada ao estado? Ela seria espaço de política ecológica? Os efeitos do fogo tem permitido a reemergência de uma cidadania ecológica global (Van Steenbergern, 1994), preocupada com direitos e responsabilidades de cidadãos do planeta, o que envolveria direito a ar e água limpas, direito à vida, mas também deveres como não poluir, aprender a habitar o que Haraway chama de Terrápolis (2016), e a tecer novas relações de parentesco entre o mundo humano e mais que humano. Nesse sentido, ganha força para a nossa conversa, creio, a emergência do debate sobre os direitos da Mãe-Terra (CMPC, 2010), deveres humanos com relação à natureza, deveres humanos para com outros humanos, ao mesmo tempo em que o cuidado com o perigo da tirania (ou necessidade de discussão de sustentabilidade com justiça). No mundo globalizado, capitalizado, permeado pela monetarização e pela preponderância do mercado, contudo, a Amazônia – tomada aqui como uma abstração mas também uma positividade – a cidadania renovada força a pensar o próprio papel cidadão (ou não) das corporações, em termos de direitos de propriedade, deveres voluntários, os deveres de estados e governos com a governamentalidade e fiscalização, ou ainda as responsabilidades diferenciadas por cidadãos.

Ao considerar todos esses elementos, não é possível entender o apoio e as forças do G7, nesse momento, como ameaças às soberanias nacionais na Amazônia, haja vista a renovada percepção de uma cidadania global ecológica. Nessa percepção, as implicações concretas de uma aliança entre países do G7 e países que desmatam passam especialmente pela ideia de regulação, de pluralidade das atividades a serem desenvolvidas na Amazônia. Passa, primeiro, pelo reconhecimento internacional de que a Amazônia é mundo cheio de gentes, habitado há pelo menos 13 mil anos, com profunda modificação ambiental causada por humanos, mas também com profunda resiliência humana frente às mudanças ambientais acontecidas nesse período (Roosevelt, 2013).

REFERÊNCIAS

- Ambrosio, M. (2016). Bolivia y su deforestacion alarmante. *Los Tiempos*, 29 mayo 2016.
- BBC (2019). *Brasil, Bolivia, Colombia, Ecuador, Guyana, Perú y Surinam sellaron en el Pacto de Leticia la creación de una red de respuesta a desastres y monitoreo satelital*. Disponível em: <https://www.bbc.com/mundo/noticias-america-latina-49617143>. Acesso em: 7 set. 2019.
- Collins, P. And Gallinat, A. (2010) *The ethnographic self as resource: writing memory and experience into ethnography*. Berghahn books.
- Dean, W. (1996). *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo, Cia das Letras.
- Dobson, A. (2004). *Citizenship and the environment*. New York. Oxford University Press.
- Haraway, D. (2016). *Staying with the trouble: making kin in the Chthulucene*. Duke University Press.
- Josephson, P. R. (2004). *Resources under regimes*. Cambridge: Harvard University Press.
- Padua, J. A. (2019), *O Brasil no Antropoceno. Curso História e Antropoceno*. Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, maio 2019, Aula virtual.
- Roosevelt, A.C. (2013) *The Amazon and the Anthropocene: 13,000 years of human influence in a tropical rainforest, Anthropocene*. <https://doi.org/10.1016/j.ancene.2014.05.001>.
- Scott, J. (1998). *Seeing like a state: how certain schemes to improve human condition have failed*. New Heaven: Yale University Press.

- Silva, C. M. da (2019). "Towards a Soyacene(?): (environmental) history, narrative and the soy farming in the Conesul (1960-2017)". Manuscript. III World Congress of Environmental History. Florianopolis, july 2019.
- Van Steenberg, B. (1994), The condition of citizenship. New York: SAGE.

CC BY-NC-SA